

Audição do Deputado ao Parlamento Europeu José Manuel Fernandes sobre as Orientações para o processo orçamental da União Europeia relativamente a 2012

– Nota de apoio à audição –

A Comissão Europeia [apresentou](#) um PROJECTO DE ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO EUROPEIA PARA O EXERCÍCIO DE 2012¹, que tem vindo a ser analisado e debatido nas suas diversas sedes. O [site respectivo](#) tem toda a informação tem todos os mapas e documentos constantes do Projecto de Orçamento.

José Manuel Fernandes, eurodeputado português ao Parlamento Europeu, foi nomeado co-relator, sendo como tal responsável pelo [Relatório sobre o projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2012, alterado pelo Conselho – todas as secções](#) (na sua versão final).

Em 26 de Outubro, o Parlamento Europeu aprovou em plenário, por 431 votos a favor, 120 contra e 124 abstenções, uma [Resolução](#) sobre o projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2012, alterado pelo Conselho – todas as secções, e as cartas rectificativas n.º 1/2012² e 2/2012³ ao projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2012. Em Novembro, o Parlamento Europeu e o Conselho levam a cabo um período de conciliação de 21 dias para tentar um acordo.

Segundo um comunicado do Parlamento Europeu, os eurodeputados procuraram, em geral, manter os níveis propostos pela Comissão Europeia, opondo-se aos cortes efectuados pelo Conselho em Julho. A posição do Parlamento Europeu implica um aumento de 5,2% das dotações de pagamento em relação ao orçamento deste ano, o que equivale a um orçamento para 2012 de 133,1 mil milhões de euros.

Segundo um comunicado de imprensa do Conselho, este deseja limitar o aumento das dotações de pagamento para 2,02% (comparado com 2011), considerando que tal permitirá atingir um desafio duplo: por um lado, apoiar investimentos específicos de crescimento, de modo a prevenir o agravamento da crise e, por outro lado, ter em conta as restrições orçamentais actuais nos Estados-Membros. É ainda referido que a proposta de aumento do Conselho corresponde quase exactamente à última previsão da Comissão sobre a inflação na UE em 2012, implicando, em termos reais, um congelamento orçamental. A posição do Conselho refere-se a um montante de 129,088 mil milhões de euros, enquanto a da Comissão Europeia ascende a 132,739 mil milhões de euros.

¹ [COM\(2011\)300](#) – Projecto de Orçamento Geral da União Europeia para o Exercício de 2012.

² [COM\(2011\)372](#) – Carta rectificativa N.º 1 ao Projecto de Orçamento Geral para 2012.

³ [COM\(2011\)576](#) – Carta rectificativa N.º 2 ao Projecto de Orçamento Geral para 2012.

Em sede do período de conciliação, estão agendadas reuniões para 8 e 18 de Novembro, bem como trilogos para 3, 10 e 14 do mesmo mês. No caso de as duas instituições chegarem a acordo, o orçamento para 2012 será aprovado em Dezembro.

As principais prioridades apontadas pelo Parlamento Europeu são:

1. Investimentos em I&D, coesão e fundos estruturais

Os aumentos mais significativos propostos dizem respeito à “Investigação e Desenvolvimento” (+10,35%) e “Coesão e Fundos Estruturais” (+8,8%), respeitante a financiamento de projectos de investimento a longo prazo que atingiram agora, no quinto ano do actual quadro financeiro plurianual (perspectivas financeiras 2007-2013), uma velocidade de cruzeiro. Outra rubrica relevante é a da "Liberdade, segurança e justiça" (+6,84%), tendo em conta a necessidade de gerir os fluxos migratórios no Mediterrâneo e de prestar apoio aos refugiados. Enfim, o Parlamento Europeu atribui mais verbas às rubricas "Competitividade para o crescimento e o emprego" e "A UE enquanto parceiro mundial" do que aquelas inicialmente propostas pela Comissão.

2. Investigação, inovação e educação

O Parlamento Europeu seguiu a recomendação de Francesca Balzani, co-relatora conjuntamente com José Manuel Fernandes, para aumentar as verbas destinadas a programas relacionados com a Estratégia Europa 2020. Por outro lado, os eurodeputados opõem-se a que o programa de fusão nuclear ITER seja financiado com fundos destinados à I&D pelo Sétimo Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento, como proposto pela Comissão e pelo Conselho. Os parlamentares consideram que o ITER não deve ser financiado com verbas retiradas a outros programas de investigação.

3. Política de coesão

Quanto à coesão, os eurodeputados propõem a reposição das propostas da Comissão, que os Estados-Membros quiseram reduzir.

4. Agricultura e ambiente

O Parlamento Europeu acrescenta 250 milhões de euros aos fundos de emergência para os produtores de frutas e produtos hortícolas. Estas verbas destinam-se, essencialmente, a financiar medidas a favor dos produtores afectados pela crise ligada à bactéria E.coli e à prevenção de futuras crises. Os eurodeputados apoiam, igualmente, o financiamento do programa de ajuda alimentar, actualmente bloqueado no Conselho devido à base jurídica.

5. Liberdade, segurança e justiça

Os eurodeputados opõem-se aos cortes efectuados pelo Conselho ao Fundo Europeu para os Refugiados, ao Fundo Europeu de Regresso e ao Fundo para as Fronteiras Externas (45 milhões de euros).

6. Assuntos externos

O Parlamento Europeu aumenta em 100 milhões de euros os fundos destinados à Palestina, ao processo de paz no Médio Oriente e à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). Os eurodeputados aprovaram, ainda, 27 milhões de euros para o instrumento de cooperação para o desenvolvimento para a Ásia e a América Latina e 3 milhões para missões de observação eleitoral. Para financiar estas áreas, o Parlamento Europeu cortou noutras rubricas, como por exemplo, na Missão de Polícia da UE no Afeganistão e em medidas de emergência no contexto da Política Externa e de Segurança Comum (PESC).

7. Administração

O Parlamento Europeu procurou, também, cortar no seu próprio orçamento. O eurodeputado português José Manuel Fernandes (PPE), relator sobre o orçamento da Eurocâmara, propôs um aumento de 1,44% (abaixo da inflação) face a 2011, tendo em conta a entrada, no próximo ano, dos 18 novos eurodeputados previstos pelo Tratado de Lisboa. Se estas despesas fossem excluídas, o aumento seria de apenas 0,8%, nota o relator. Para cortar nas despesas do PE, os eurodeputados propuseram reduzir os custos de tradução e interpretação e reduzir em 5% os custos de viagens, fazendo, por exemplo, menos viagens em primeira classe e congelamento dos subsídios dos eurodeputados nos níveis de 2011.

8. Intervenção de eurodeputados portugueses no debate

É possível ouvir à intervenção dos eurodeputados portugueses no debate sobre o Orçamento, clicando:

- **José Manuel Fernandes** (PPE), relator da Comissão dos Orçamentos - [aqui](#)
- **Capoulas Santos** (S&D), relator do parecer da Comissão da Agricultura - [aqui](#)
- **Miguel Portas** (CEUE/EVN) - [aqui](#)
- **João Ferreira** (CEUE/EVN) - [aqui](#)